

ANAIS DO II COLOQUIO DO LAHES

Juiz de Fora, 30 de setembro a 02 de outubro de 2008

ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES: MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA HISTÓRIA SOCIAL

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

A FORMAÇÃO DAS REDES DE SOCIABILIDADE NO OITOCENTOS: UMA INVESTIGAÇÃO DAS ELITES SANJOANENSES

Maria Elisa Ribeiro Delfim*

Introdução

Este trabalho tem a intenção de verificar a formação de redes de sociabilidade através de um membro da elite de São João Del Rei, durante a primeira metade do século XIX; dando atenção as alianças formadas nas esferas política, social e econômica.

O foco principal consiste em analisar possíveis redes clientelares formadas a partir de apadrinhamentos e casamentos, bem como, conferir se tais alianças ultrapassam os laços familiares e atingem a política, com possíveis redes formadas na Câmara Municipal.

A leitura de textos contidos na bibliografia consultada me possibilitou um conhecimento sobre o tema do clientelismo na historiografia e no pensamento social brasileiro. A pesquisa em bancos de dados e fontes primárias, tais como registros de batismos, inventários, testamentos, casamentos, listas nominativas, atas da Câmara de São João Del Rei, bem como a utilização de instrumentos de pesquisa como as Efemérides de São João Del Rei, e Mineira¹, tem me possibilitado reconstituir as redes de sociabilidade e investigar a dinâmica das alianças e a construção das redes sociais na região.

Clientelismo: uma investigação bibliográfica

O presente trabalho se fundamenta em estudos sobre redes clientelares e sua atuação no espaço público, sendo o termo *clientelismo* utilizado para definir redes de aliança que se formam no período estudado.

* Graduação- UFSJ. E-mail: mariaelisard@yahoo.com.br

¹ CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João Del-Rei*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1982 e VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

Para tanto, faz-se necessário uma apresentação e discussão conceitual sobre o clientelismo e suas implicações nas esferas pública e privada.

Antônio Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier², analisando o fenômeno das redes clientelares em Portugal, acreditam que o “sistema de Dom contra Dom”, uma prática existente durante o período do Antigo Regime que regia a distribuição e trocas de bens, cargos e benefícios, produzia e sustentava a existência das redes clientelares.

Segundo os autores no “sistema de Dom contra Dom”, o dom era algo destituído de interesses materiais; na sua lógica o valor econômico da troca não era o seu móvel, quando alguém recebia algum benefício sabia que teria que retribuir, independente do valor material. O possível desequilíbrio das trocas de benefícios se sustenta por “laços afetivos”, uma “amizade” baseada na reciprocidade da troca, tanto pelo lado do benfeitor como do credor, o que confirma que as relações não se reduziam unicamente a jogos de interesse, nem eram baseadas apenas nos laços afetivos. Como afirma Hespanha, são

Relações que obedeciam a uma lógica clientelar, como a obrigatoriedade de conceder mercês aos ‘mais amigos’, eram situações sociais quotidianas e corporizavam a natureza mesma das estruturas sociais, sendo, portanto, vistas como a ‘norma.’³

Norbert Elias em seu livro “A Sociedade de Corte”⁴, também trabalha com o tema das relações pessoais, mais especificamente o modo de convívio entre os homens que sustentam o sistema de interdependência que regiu o Antigo Regime; exemplificado por ele na sociedade de corte francesa à época de Luís XIV.

O sistema de interdependência estudado por Elias pode ser relacionado com o fenômeno das “redes clientelares”. Ambos os autores convergem, portanto, na análise da sociedade do Antigo Regime como alicerçada num sistema de trocas baseado nos “laços afetivos” através dos quais se expressava o jogo de interesses entre as partes envolvidas e que produzia um “sistema de interdependência”, na denominação de Elias - “redes clientelares” na denominação de Hespanha e Xavier - que não se limitava à corte e a ambientes políticos, mas vinculava todas as relações sociais.

A conceituação de redes clientelares trabalhada por Xavier e Hespanha, torna-se necessária para compreensão das interpretações sobre a formação do clientelismo no Brasil relacionada à vertente proposta por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

² HESPANHA, Antônio Manoel & Xavier, Ângela Barreto. “As redes clientelares”, in MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa. Editora Estampa 1998.

³ Idem. p. 339

⁴ ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001

Em seu artigo Ivan Vellasco apresenta três vertentes para a explicação do clientelismo no Brasil, dessa forma enquadra tais autores na terceira vertente, que vê na formação social brasileira uma herança ibérica, tendo como característica central a cultura patriarcal, baseada em relações pessoais, vínculos familiares e afetivos⁵.

*A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos.*⁶

Sérgio Buarque de Holanda em *“Raízes do Brasil”*, atribui ao português algumas características absorvidas pelos brasileiros, como é o caso da *“plasticidade social”*⁷.

Tal característica dará ao brasileiro a capacidade de se relacionar com raças diferentes, o que aproxima o patriarca de seus súditos, numa relação familiar e *“cordial”*⁸, segundo o autor.

Identificando na Literatura, características da vida real, a *“cordialidade”* neste sentido pode ser observada em *“Memórias Póstumas de Brás Cubas”* de Machado de Assis, obra que se passa na primeira metade do século XIX. Logo no primeiro capítulo, quando o protagonista conta sobre seu enterro e quem está presente, relata um grupo pequeno de onze, chamados por ele de amigos; após um discurso belíssimo de um desses amigos ele afirma: *“Bom e fiel amigo. Não me arrependo das vinte apólices que lhe deixei”*.⁹ No decorrer do livro nos deparamos com um personagem irônico e podemos observar que neste trecho tal característica está presente em sua fala; O *“amigo”* que em seu enterro proclamou um belo discurso obteve antes apólices deixadas pelo defunto Brás Cubas, o que demonstra uma relação de *“amizade”* que não se restringe à *“afetividade”*.

Caio Prado Jr. corrobora a visão de Gilberto Freyre no tocante a nossa herança patriarcal, no entanto, enxerga a aristocratização dos proprietários rurais como mérito de uma classe privilegiada, não apenas no que diz respeito à tradição do sangue que corre nas veias, mas consequência do acúmulo de riqueza e poder na formação do *“clã patriarcal”*. O chefe

⁵ O texto *“Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil Oitocentista: a trajetória sinuosa de um debate”* trata-se de uma versão reelaborada do projeto que norteia essa pesquisa, nele Ivan Vellasco apresenta três vertentes para a explicação do clientelismo no Brasil, dessa forma enquadra tais autores na terceira vertente, que acredita num país marcado por uma cultura patriarcal, baseada em relações pessoais.

⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 5ª edição. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Livraria, 1956.p. 53.

⁷ Sérgio Buarque coloca como plasticidade social a capacidade do português de se misturar com as diferentes raças e a ausência *“praticamente completa de orgulho de raça”*; esse seria um dos fatores que contribuíram para a miscigenação no Brasil.

⁸ No capítulo V do livro *“Raízes do Brasil”*, Sérgio Buarque fala sobre o *“homem cordial”*, aquele que faz de suas relações pessoais algo familiar.

⁹ ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 2001.p.10.

familiar adquire o poder sobre toda a estrutura clânica, incluindo a família, escravos, agregados e aliados através dos apadrinhamentos e casamentos. No caso dos homens livres que se tornam agregados pode-se entender como relações de interesse definidas entre indivíduos de condições sociais diferentes, sendo as alianças com outros “aristocratas” garantidas através de casamentos arranjados pelo patriarca:

*Colocado assim no centro da vida social da colônia, o grande proprietário se aristocratiza. Reúne para isto os elementos que constituem a base e origem de todas as aristocracias: riquezas, poder, autoridade. A que se unirá à tradição, que a família patriarcal, com a autoridade absoluta do chefe, dirigindo e escolhendo os casamentos, assegura. Esta aristocratização não é apenas de nome, fruto da vaidade e presunção dos intitulados. Constitui um fato real e efetivo; os grandes proprietários rurais formarão uma classe à parte e privilegiada.*¹⁰

Com a leitura do livro “*Clientelismo e política no Brasil do século XIX*”, de Richard Graham¹¹ obtém-se a idéia de que qualquer relação existente no Brasil entre cidadãos menos abastados e as classes superiores e até mesmo as relações no interior da “boa sociedade”¹² - ou seja, as “alianças para cima” ou as “alianças para o lado”¹³, todas essas relações, enfim, seriam governadas pelo clientelismo, como prática existente desde o período colonial. Portanto, do ponto de vista de Graham o Estado no período imperial brasileiro seria um sistema dominado por uma elite que se reproduzia nas relações clientelistas, o que torna suas análises limitadas, ao creditar todas as relações institucionais à existência de uma única variável, o clientelismo, descartando outros níveis de análise estudados e trabalhados por outros pesquisadores.

José Murilo de Carvalho, discutindo o trabalho de Graham, define seu estudo como reducionista por conceituar qualquer rede de relações existente no período imperial como expressão do clientelismo, utilizando maneira pouco consistente outros conceitos estudados, e muito bem trabalhados por Victor Nunes Leal, como mandonismo e coronelismo.

¹⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense/Publifolha, 2000. p. 288-289

¹¹ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

¹² Segundo Ilmar Rohloff de Mattos “referido aos atributos de liberdade e propriedade, o sentimento aristocrático não só servia para discriminar entre os diversos elementos constitutivos da sociedade imperial; servia, sobretudo para determinar a posição e o papel de cada um deles”, esta era a “boa sociedade” com “capacidades e habilitações” e sempre “brancos”. MATTOS, Ilmar Rohoff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo. Editora Hucited. 2004. Capítulo II. p.115-142.

¹³ Sílvia Brügger em sua tese de doutorado se refere à “alianças pra cima”, as relações sociais que pessoas de uma camada inferior tem com alguém de camada superior, neste trabalho, chamo de “alianças para o lado” as relações entre elite, pessoas de mesma camada social. BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Minas Patriarcal - família e sociedade (São João Del Rei, séculos XVII e XIX)*. UFF, Niterói, 2002(tese de doutorado).

Segundo Carvalho, o coronelismo estudado por Leal, que ocorre na primeira República, entre 1889 até 1930, trata de um

*sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República envolvendo compromissos recíprocos. E que segundo ele, surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica, a decadência dos fazendeiros*¹⁴

é, sobretudo, uma troca de vantagens e benefícios entre o poder público e os chefes locais.

Portanto, pode-se concluir que, o coronelismo surge num momento em que há um enfraquecimento dos coronéis e a necessidade destes de se atrelar ao Estado para manter sua posição e poder, e deve-se tomar muito cuidado para não confundir seu conceito com o de clientelismo. Mandonismo é uma característica do coronelismo que sempre existiu, e pode estar presente até os dias atuais, em que num determinado local o coronel se aproveita de sua posição e/ou propriedade para dominar o espaço, impedindo qualquer um de ter livre acesso ao mercado e à política.

A conceituação desses termos torna-se extremamente importante no estudo de casos, podendo analisar apenas pelo período se determinada relação pode ser enquadrada como uma forma de clientelismo, mandonismo ou/e coronelismo, de tal forma consiste em reducionismo trabalhar apenas um único conceito para qualquer período histórico.

O texto de José Murilo de Carvalho aponta as diferenças conceituais entre esses termos, freqüentemente utilizados de forma indevida, como equivalentes. Para tanto, apresenta autores da vertente que acredita ser a tradição de uma estrutura social “feudalizada” a razão da existência do clientelismo no Brasil, da qual fazem parte Oliveira Vianna e Nestor Duarte.

Para Nestor Duarte o potentado tem um poder absoluto e independente do Estado, o que impossibilita o desenvolvimento urbano e favorece a predominância do patriarcalismo, além de possibilitar a formação do clientelismo:

*Só o laço parental e doméstico definiria e resumia a cooperação econômica e social. A senzala e o escravo ainda são termos da comunhão doméstica. Endogamiza-se quase e só se estende para alargar a cooperação até outra família, pelo laço parental dos casamentos cruzados, na tendência em fundir-se numa só, ainda maior e numerosa, para dar lugar à verdadeira tribo de coesão por parentesco.*¹⁵

¹⁴ CARVALHO, José Murilo. *Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual*. in Dados, Rio de Janeiro, vol. 40, n.2, 1997. p. 1

¹⁵ DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e A Organização Nacional*. São Paulo. CIA-Editora Nacional. 1966, p68.

Oliveira Vianna, em “*Populações Meridionais do Brasil*”¹⁶ chama o fechamento das “famílias”, das redes de sociabilidade como “clãs”, e enxerga nestas redes também uma das causas pelo atraso do desenvolvimento urbano.

O livro de Sílvia Brügger¹⁷, que também trabalha com a formação de redes de sociabilidades, exemplifica casos específicos de campeões de batismos na região de São João del Rei, além de trazer os motivos e o momento em que ocorrem os apadrinhamentos, tornando-se dessa forma uma fonte não apenas necessária mas fundamental no momento da pesquisa. Ela nos auxilia não apenas no entendimento dos motivos de apadrinhamentos, como também nos apresenta motivos claros para casamentos endogâmicos e exogâmicos, que será comentado no presente texto ao discutir os resultados.

Metodologia

Os métodos utilizados foram pesquisas em fonte primárias e bancos de dados de batismos, inventários, testamentos, casamentos, listas nominativas, atas da Câmara Municipal, somados a instrumentos de pesquisa como as Efemérides de São João Del Rei e Mineiras.

Numa primeira análise buscamos através das bases de batismos encontrar os padrinhos que apresentavam as maiores frequências de apadrinhamento; nesse processo foram selecionados os casos para estudo: o padrinho Caetano José de Almeida e Jerônimo José Rodrigues. Cada um dos padrinhos, Caetano e Jerônimo, foi analisado separadamente e em diferentes períodos da pesquisa.

O segundo passo foi a pesquisa em fontes primárias, bancos de dados e outros instrumentos de pesquisa para averiguar sua presença na política, nos círculos sociais e sua inserção na economia local, bem como a construção de sua árvore genealógica e sua rede de parentela. Partindo desse princípio, a inserção de outras figuras ilustres de São João del Rei foi mais um dos passos tomados pela pesquisa, pois com a montagem da árvore genealógica de Caetano José de Almeida e Jerônimo José Rodrigues, bem como o conhecimento sobre quem eram seus compadres, confirmou-se a presença de sargentos, alferes, comerciantes e

¹⁶VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*: historia: organização: psicologia. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

¹⁷ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Minas Patriarcal - família e sociedade (São João Del Rei, séculos XVII e XIX).UFF, Niterói, 2002(tese de doutorado).

homens com títulos de nobreza como pessoas que se relacionavam com eles, para finalmente partir para o objetivo central, que se refere à análise das relações sociais entre tais pessoas. Posteriormente através da transcrição de inventários foi possível confirmar laços familiares, e renda econômica dos objetos.

O último passo trata-se da transcrição das Atas da Câmara Municipal de São João Del Rei, onde foi possível encontrar e posteriormente analisar a presença e atuação de Caetano José de Almeida na política e possíveis redes de sociabilidade, buscando fazer ligações entre familiares, “cumpadres” e aliados políticos. Bem como a presença de Jerônimo José Rodrigues na Câmara ocupando o cargo de procurador e vereador.

Concomitante à pesquisa, a leitura de textos referentes ao assunto foi de suma importância para posteriormente fazer uma análise e comparação historiográfica dos dados.

As redes de aliança e poder : o caso de Caetano José De Almeida

Com os dados da base de batismo organizada por Sílvia Brügger, foi possível encontrar nomes na região de São João del Rei que haviam apadrinhado um número substancial de pessoas, merecendo dessa maneira uma atenção especial. Entre eles figura Caetano José de Almeida, que aparece como padrinho de 40 pessoas entre 1774 até 1825; deve-se tomar como nota que em 1739 aparece um Caetano José Almeida como padrinho, no entanto, dada à discrepância de datas, certamente não se trata do mesmo Caetano José Almeida estudado.

Tomando-se como base para explicação de tantos apadrinhamentos a tese de Sílvia, que vê nos batizados e nos casamentos uma forma de relações pessoais importante para aproximação de famílias ou fechamento das mesmas, procurei fazer uma análise do caso Caetano José Almeida. Para tanto, o primeiro passo foi a construção da árvore genealógica do mesmo, onde poderia visualizar possíveis casamentos endogâmicos ou ainda casamentos exogâmicos com formação de “alianças para cima” ou “alianças para o lado”.

De acordo com a base de batismo Caetano José de Almeida foi batizado em 1750, apadrinhado por Caetano Silva e Joana Francisca Tavares. No inventário de sua mãe Inácia Quitéria de Almeida, casada com Manoel Gomes Villas Boas, feito em 1772 consta a idade de 23 para 24 anos para seu filho, o que confirma sua data de nascimento em 1748.

Nos registros de casamento tem-se como dado dois casamentos de Caetano José de Almeida, um em 1774 com Antônia Maria Custódia Dias, filha de Manoel Martins Gomes e Maria Siqueira Paes, e o segundo casamento em 1826 com Ana Francisca Silva Lima.

Caetano José Almeida teve sete irmãos, dentre eles Ana Joaquina de Almeida e Gama(ver Tabela 1), que casou-se com o Alferes Nicolau Antônio Nogueira. Cabe um destaque à família Nogueira, Nicolau Antônio Nogueira era filho do Capitão- Mor Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, responsável pela fundação da capela de Nossa Senhor de Monserrate em Baependi¹⁸, esteve presente na política como 1757, e dentre oito filhos está Manoel Jacinto Nogueira da Gama, o Marquês de Baependi(ver Tabela 2). Marquês de Baependi participou da política como senador, obteve postos na Real Academia e participou da preparação da Constituição Política do Império. Mais tarde, teve seu filho casado com a filha do Duque de Caxias. Uma evidência de “aliança para o lado”, numa tentativa de garantir não apenas status social, como garantir um possível espaço na política.¹⁹

Ainda analisando a árvore genealógica de Caetano é de suma importância destacar a presença de Brás Carneiro Leão, importante comerciante vindo de Portugal em 1748, pai de Francisca Mônica Carneiro da Costa, esposa do Marquês de Baependi (ver Tabela 3). O que só contribui para comprovar como os casamentos também serviam para alianças econômicas; às vezes numa tentativa de ganhar crédito, outras de se manter dívidas entre famílias, sendo possível mais tarde eliminá-las como assunto familiar. Sílvia Brügger tece comentários em sua tese sobre a procura de alianças no século XVIII com portugueses ligados ao setor mercantil:

*Os casamentos auxiliam na solidariedade considerada uma realidade patriarcal, as dívidas eram compensadas dentro da família, portanto as alianças matrimoniais facilitavam a consolidação de teias que viabilizam projetos políticos e econômicos.*²⁰

No entanto Sílvia Brügger deixa explícito que essa ligação se dá com muito mais evidência no século XVIII do que no XIX.

A montagem da árvore genealógica de Caetano José de Almeida foi necessária para a verificação de redes de interesse que se formam nas diversas gerações, demonstradas em casamentos, como os aqui exemplificados.

¹⁸ Barbosa, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Gerais*. Belo Horizonte: s.n, 1971.

¹⁹ CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João Del-Rei*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1982 e VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

²⁰ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal- família e sociedade*(São João Del Rei, séculos XVII e XIX).UFF, Niterói, 2002 (tese de doutorado).p.287

Dos 40 afilhados de Caetano José Almeida em apenas seis casos encontramos evidências de que os apadrinhados eram filhos de figuras que ocupavam cargos militares, além de sua aparição na política. Aparecem dois alferes, dois capitães e o Sargento-mor Francisco de Paula Almeida Villas Boas Gama que surge duas vezes como “cumpadre”.

O Sargento-mor Francisco Paula Almeida Villas Boas é filho de Manoel Costa Villas Boas Gama, irmão do conhecido poeta José Basílio da Gama, autor do poema “O Uruguai”. Manoel Costa Villas Boas foi vice-presidente da Câmara Municipal de São João del Rei em 1813, por ser o vereador mais velho²¹ e Francisco Paula Almeida Villas Boas foi vereador em 1810, quatro anos antes de Caetano José Almeida, ambos podem ter exercido influência sobre seu eleitorado em 1814.

Manoel Costa Villas Boas, embora representado pela madrinha Antônia Maria Custódia Dias (primeira esposa de Caetano), foi padrinho junto com Caetano do filho de José Diocleciano Villas Boas Gama, especificado no inventário de Antônia Maria Custódia Dias como filho de Caetano José Almeida.

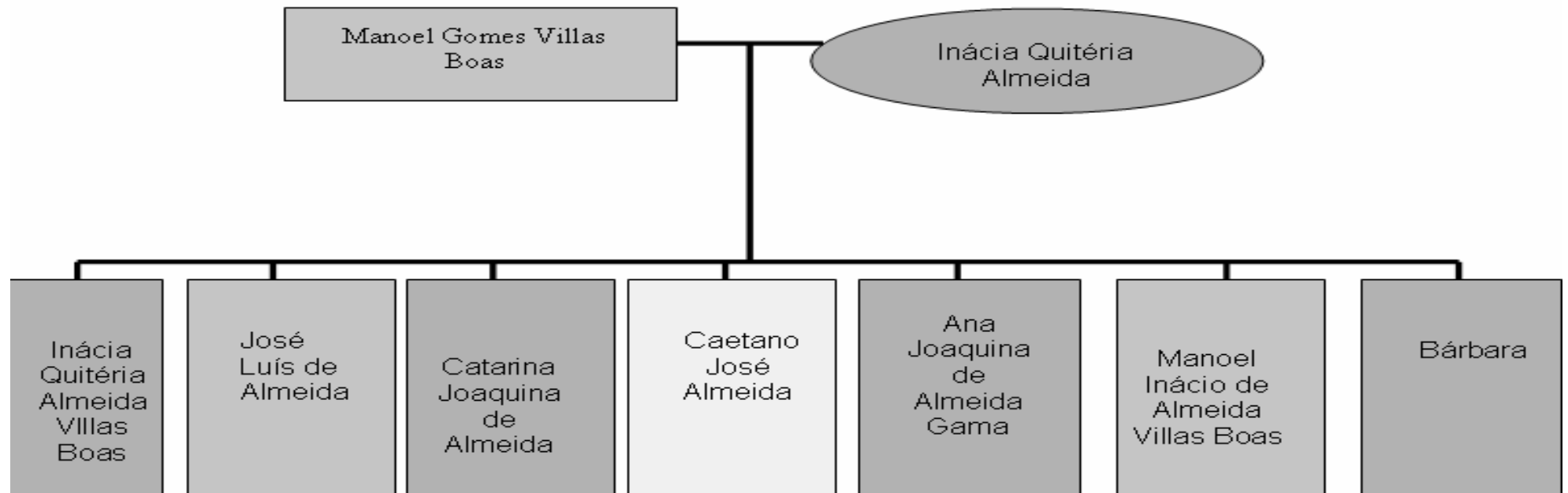
Cabe um comentário sobre o batismo no interior da família, como é neste caso e também no apadrinhamento de seu neto, filho de Maria Carlota Gama e Januário Francisco de Jesus Cerqueira. Sheila de Castro Faria diz que quando uma família já é bem abastada e, portanto há uma dificuldade de ascensão, opta-se por apadrinhamentos internos.²²

Isso também se evidencia na escolha de uma madrinha para batizar um dos filhos de Caetano e Maria Antônia Custódia Dias; em 1784, Maria, possivelmente Maria Carlota da Gama, foi amadrinhada pela irmã de Caetano José Almeida, Bárbara Quitéria Inácia Almeida.

²¹ Lista de cargos referentes à Câmara Municipal de São João del Rei, entre os anos de 1714- 1971.

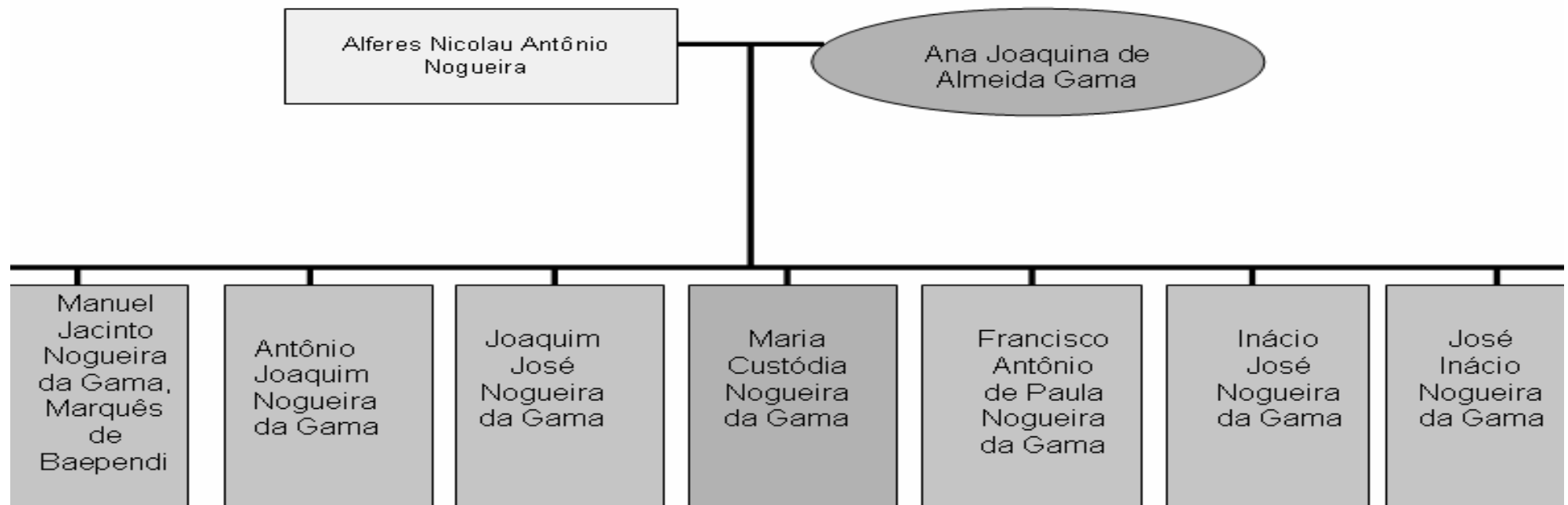
²² FARIA, Sheila de Castro. APUD. BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Minas Patriarcal - família e sociedade (São João Del Rei, séculos XVII e XIX).UFF, Niterói, 2002(tese de doutorado).p..354

TABELA 1



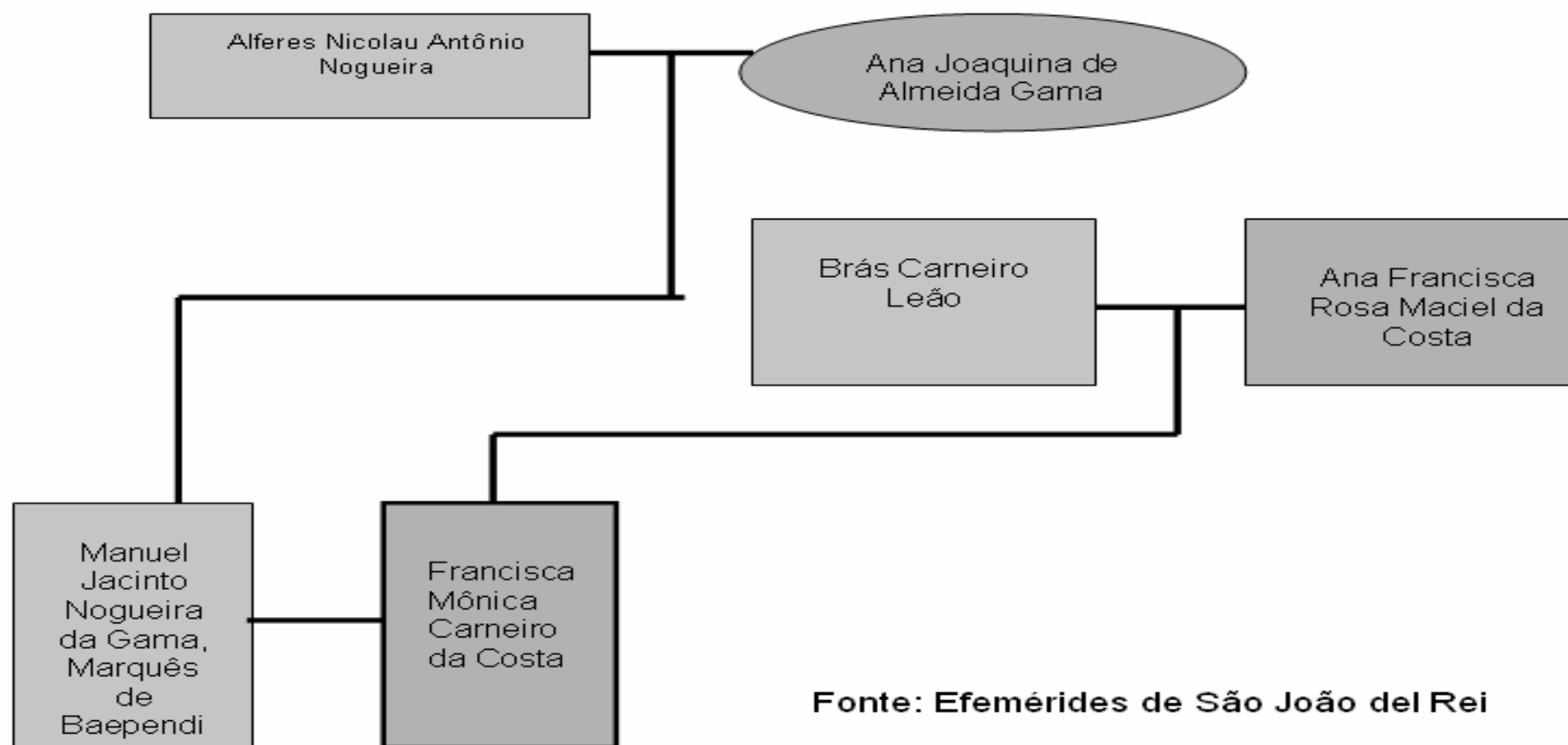
Fonte: Inventário Manoel Gomes Villas Boas. caixa 513

TABELA 2



Fonte: Efemérides de São João del Rei

TABELA 3



Retornando a Caetano, dentre seis dos compadres especificados para os quais obtive informações, podemos ter a certeza de “alianças para cima”, por parte dos pais dos batizados, pois se tratavam de forros ou pardos casados com forras. Reafirmando a posição de Caetano José de Almeida como pertencente a uma família que ocupava uma posição superior na sociedade, seja no campo político ou econômico.

Cabe um destaque ao fato de alguns pais não serem mencionados, constando o batizando como filho natural; Sílvia Brügger acha “*plausível supor a possibilidade de interferência na escolha de padrinhos, ligados à sua teia social. Assim, parentes e amigos dos pais da criança poderiam apadrinhá-la.*”, podendo ser então, os batizados de Caetano José de Almeida, filhos de pessoas pertencentes à elite, por isso o pedido de apadrinhamento ao tenente coronel. A possibilidade do próprio pai da criança apadrinhar seu filho não é descartada por Sílvia Brügger:

“*Outra possibilidade – difícil de ser comprovada – é a de que o próprio pai assumisse o papel de padrinho de seu filho, em notório descumprimento do que determinavam as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.*”.²³

Mesmo não sendo o cerne de discussão de Gilberto Freyre, em “*Sobrados e Mucambos*”²⁴, ao destacar a ascensão dos forros e pardos, chamados pelo autor de “mulatos” e bacharéis pode-se fazer uma reflexão que este ganha seu espaço, muitas vezes, com esta ligação com um patrono, que muitas vezes pode ser seu próprio pai, assumindo, através do batismo, uma forma “camuflada” de paternidade e lhe dando possibilidades de estudos até mesmo fora do país. Portanto, como afirma Gilberto Freyre, dessa forma o “mulato” se insere, não apenas culturalmente, mas socialmente na formação do país.

Em cinco casos os afilhados aparecem na condição de escravo, no entanto, em dois casos a proprietária da mãe dos batizados é especificado, trata-se de Ana Fidelis Silveira, filha do capitão Tomas Carlos Souza. Sendo Tomas Carlos, um capitão, portanto uma figura importante neste período, que também aparece na rede de batismo com um número substancial de afilhados, pode-se reconhecer o apadrinhamento de um escravo pertencente ao seu meio familiar como uma forma de aliança entre as elites.

²³ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Minas Patriarcal - família e sociedade (São João Del Rei, séculos XVII e XIX).UFF, Niterói, 2002(tese de doutorado),p.325

²⁴ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo., Editora Global(24ª edição), 2003.Capítulo I, II e XI.

A presença de Caetano nas Efemérides de São João del Rei, confirma sua relevância social no período: Caetano José de Almeida era capitão e foi promovido em 16 de Abril de 1809 à patente real de tenente coronel do Regimento de Cavalaria de Milícias da Vila de São João del Rei. Em 1º de Abril de 1814 Caetano José de Almeida toma posse na Câmara de São João del Rei como vereador ²⁵.

Porém, desde 1811 Caetano José de Almeida aparece nas atas da Câmara como indicado pela mesma a almotacé²⁶ em São João Del Rei, de tal forma evidencia-se sua presença na política antes de ser vereador ²⁷.

Ainda nas atas, posterior ao ano que Caetano esteve como membro da Câmara, em 1822 este aparece como uma das pessoas que clama pela independência, apoiado também por familiares como seu cunhado e compadre, Januário Francisco de Jesus Siqueira e Sargento-Mor das ordenanças Francisco de Paula Vilas Boas da Gama. Em 1823 tendo o Brasil seu Príncipe Regente na corte, as províncias pedem a divisão dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Novamente dentre os nomes daqueles que apóiam tal decisão constam, Caetano José de Almeida, Gomes da Silva Pereira, vereador junto com Caetano e Procurador da Real Coroa e Fazenda Pública e o Sargento-Mor Francisco de Paula Vilas Boas da Gama. ²⁸

Como período de maior atuação de Caetano José de Almeida tem-se as duas primeiras décadas do oitocentos, ao entender como um período de transição, na configuração burocrática da Câmara, analiso tal instituição ainda agindo como no período colonial.

João Fragoso em seu texto “*Afogando em Nomes: temas em história econômica.*”, ²⁹ enfoca que para pertencer as Câmaras, há uma necessidade de se pertencer à elite, fazer parte dos “homens bons” daquela localidade. Mesmo sabendo que ele se refere ao período

²⁵ CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João Del-Rei*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1982 e VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

²⁶ No Vocabulário Político de Plácido e Silva o termo almotacé é designado como um funcionário ou autoridade, a que se atribui o dever de fiscalizar a exatidão dos pesos e medidas, a taxação dos pesos estabelecidos e mesmo a distribuição de gêneros expostos ao consumo público. P.137

²⁷ Atas da câmara Municipal de São João del Rei – ACOR 11

²⁸ Ministério da Educação e Cultura; Ministério da Justiça. *As Câmaras municipais e a Independência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.p.323-367

²⁹ FRAGOSO, João Luiz. *Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica*. Rio de Janeiro. 2002.

colonial, tal situação se mantém posteriormente. Para Ilmar Rohloff de Mattos³⁰, que já trata do Brasil imperial, a esfera política é dominada pela “boa sociedade” da qual fazia parte essa elite, os “homens bons”.

José Murilo de Carvalho em seu livro “*A construção da ordem*”³¹ relata a existência de uma elite política representante de uma elite social, não se tratando necessariamente da elite econômica, confirmando que não há sempre uma confluência entre os prestígios social, econômico e político. No caso de Caetano José de Almeida e aqueles que fizeram parte da Câmara durante seu mandato, observa-se uma outra situação. José Murilo de Carvalho em seu livro “*A construção da ordem*”³² relata a existência de uma elite política representante de uma elite social, não se tratando necessariamente da elite econômica, confirmando que não há sempre uma confluência entre os prestígios social, econômico e político. No caso de Caetano José de Almeida e aqueles que fizeram parte da Câmara durante seu mandato, observa-se uma outra situação.

Um aspecto importante a ser mencionado está relacionado ao fato de que a participação na política pode acarretar um destaque em outras esferas, como a social. Cláudia Resende Silva³³, em sua dissertação de mestrado fala sobre o fato dos componentes da Câmara sempre terem um destaque social, como no caso de um dos membros irem à missa:

“Quando os oficiais da câmara saíam pelas ruas em correição ou compareciam a missas, ladainhas e outras ocasiões, iam em” corpo de câmara”, ou seja, todos formalmente reunido.”.

Tal fato pode ser confirmado neste estudo. Observa-se a grande participação de representantes políticos, como o caso de Dr. Gomes da Silva Pereira, vereador no ano de 1814 com Caetano José Almeida, em cerimônias religiosas no importante ato de segurar a vara do pátio durante a procissão, que cabe nos dias atuais ao governador de Minas Gerais na realização de cerimônia em São João Del Rei. Segundo consta nas Efemérides, o Dr.

³⁰ MATTOS, Ilmar Rohoff de. *O Tempo Squarema*. São Paulo. Editora Hucited. 2004. Capítulo II. p.115-142.

³¹ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem - a elite política imperial*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

³² CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem - a elite política imperial*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

³³ SILVA, Claudia Resende. *Senado da Câmara da Vila de São João del Rei: da administração colonial à pesquisa histórica*. Tese de Mestrado. Belo Horizonte, 200

Gomes da Silva Pereira, “durante muitos anos mereceu a alta distinção de pegar uma das varas do pódio na soleníssima Procissão de Corpus Christi³⁴”.

De tal forma se confirma a participação das elites em todas as esferas da sociedade, pelo menos no caso de Caetano José Almeida, o que se aproxima da perspectiva de *Ilmar Rohloff de Mattos*³⁵, que destaca uma junção entre as elites política, social e econômica, considerando-as como a “boa sociedade”.

Resultados parciais do caso Jerônimo José Rodrigues

Em 1787 Jerônimo José Rodrigues batizou seu primeiro afilhado na Matriz de Nossa Senhora do Pilar, trata-se de Lucas, forro sob condição e filho natural de Teodora, escrava parda pertencente à Maria Rosa Jesus Neves, que declarou que após sua morte o batizando teria sua liberdade³⁶.

Esta cerimônia se repetiu 32 vezes com a figura de Jerônimo José Rodrigues como padrinho, no decorrer de 46 anos, sendo seus “cumpadres” pessoas diferentes. A partir desse dado surge uma pergunta, seria um ato comum à época apadrinhar tantas pessoas assim?

Para responder tal pergunta, primeiramente, foi dada atenção a quem eram os “cumpadres” de Jerônimo. Dezenove pessoas constam como seus “cumpadres”, tanto como pais de seus afilhados ou como os padrinhos de seus filhos, essa diferença de treze “cumpadres” é justificada tanto como a repetição de alguns padrinhos, tanto como o fato de nove dos batizados não apresentavam os nomes dos pais.

A princípio, cabe mencionar que 10 entre os “cumpadres” de Jerônimo constatados, trazem sua condição especificada como forro, não merecendo de tal forma atenção especial, podendo ser o caso analisado como sendo uma “aliança para cima”. O que concederia a

³⁴ CINTRA, Sebastião de Oliveira. Efemérides de São João del Rei. Volume II. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1982. p.355-357

³⁵ MATTOS, Ilmar Rohoff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo. Editora Hucited. 2004. Capítulo II. p.115-142.

³⁶ Informações retiradas da Base de Batismos de São João del Rei.

Jerônimo a certeza de sua posição dentro de um espaço hierarquizado, como afirma João Fragoso³⁷:

*“Nesses momentos, percebe-se a chance das hierarquias sociais locais serem ordenadas por códigos costumeiros, tendo como eixo a linguagem do parentesco e de suas derivações nas relações clientelares. Daí famílias de potentados estabelecerem pactos matrimoniais com seus pares, mas construírem também parentescos fictícios com lavradores, forros e escravos. Por meio desses expedientes elas adquiriam a legitimidade de seu governo, o mesmo ocorrendo com as estratificações locais.”*³⁸

Seu primeiro casamento realizado na Capela de Santa Rita em 1810, celebrado pelo padre Joaquim Mariano Costa, com a noiva Ana Joaquina Jesus, de 28 anos³⁹. Viúvo de Ana, em 1819, Jerônimo casa-se novamente, com Antônia M^a Assunção. As noivas eram filhas de Tomas Mendes e Juliana Maria Almeida. Podemos encarar a atitude como uma medida para manter na mesma família dívidas, ou riquezas. Sílvia Brügger desenvolve comentários sobre o assunto:

*“Os casamentos auxiliam na solidariedade considerada uma realidade patriarcal, as dívidas eram compensadas dentro da família, portanto as alianças matrimoniais facilitavam a consolidação de teias que viabilizavam projetos políticos e econômicos.”*⁴⁰

Além das duas filhas, Tomas (ou Tomaz) Mendes e Juliana Maria Almeida tiveram 5 filhos: Laureana, Francisco, Gabriel, Tomas e José.

Laureana Maria de Jesus foi casada com o ten.cel. de Cavalaria Luiz Manoel da S. Caldas, cavaleiro professo na Ordem de Cristo e membro da Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul. O casal aparece como “cumpadres” de Jerônimo em 1833⁴¹, sendo este, padrinho de um dos seus dois filhos, Maria Cândida, casada com o Sargento Mor Manoel Rodrigues de Andrade. Como madrinha, neste caso, está a avó materna do batizando, Juliana Maria Almeida.

Tomas Mendes e Tomas Mendes S. (que possivelmente se trata de outro filho de Tomas Mendes) também aparece como “cumpadre” de Jerônimo. Todas essas informações

³⁷ FRAGOSO, João Luis Ribeiro. in MARTINS, M. F. V. *A velha arte de governar:um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. V. 1.

³⁸MARTINS, M. F. V. *A velha arte de governar:um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. V. 1. p.19

³⁹ Dados retirados da base de casamentos de São João del Rei.

⁴⁰ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal - família e sociedade (São João Del Rei, séculos XVII e XIX)*.UFF, Niterói, 2002(tese de doutorado).pp. 287.

⁴¹ CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João Del-Rei*.Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1982 e VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

nos são importantes para confirmar a aliança entre essas duas famílias, e investigar o possível motivo para tal formação de redes de sociabilidade.

Para entender se tais redes de sociabilidade realmente ultrapassam os laços familiares, tivemos o cuidado de investigar, como primeiro passo, a presença dos “cumpadres” de Jerônimo como membros da Câmara Municipal de São João Del Rei. Pois Jerônimo ocupou o cargo de procurador em 1805, 1816 e 1823, e de vereador em 1819 e 1825. Além de seu pai ter sido membro em 1800. Dos 35, pelo menos 2 foram confirmados até agora como ocupantes de cargos na Câmara: José Francisco Lopes e Francisco de Paula Almeida Magalhães.

O destaque é merecido à Francisco de Paula, pois trata-se do primo de Batista Caetano, cidadão de prestígio, responsável por feitos como a fundação da primeira biblioteca pública do Estado e a criação de um jornal de circulação regional, intitulado O Astro de Minas. Além do próprio Francisco ter sido um grande comerciante, participado ativamente da Câmara Municipal, ter assinado correspondências da Câmara para a Coroa com pedidos de independência⁴². Visto isso, Francisco de Paula seria uma importante aliança seja na esfera política, como na econômica.

Conclusão

As primeiras décadas do século XIX constituem um período importante para construção do estado brasileiro. Acontecimentos como a instalação da família real no Rio de Janeiro, acarretaram mudanças sociais, econômicas e políticas. Como resultado de um crescimento econômico intenso no que concerne ao mercado interno brasileiro, Alcir Lenharo⁴³ comenta sobre o assunto. Ele atribui como necessidade do momento uma reestruturação dos aparatos estatais, entre eles as Câmaras Municipais, responsáveis pela cobrança de impostos sobre os produtos comercializados.

⁴² Ministério da Educação e Cultura ; Ministério da Justiça. As Câmaras municipais e a Independência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

⁴³ LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil-1808-1842)*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979. Introdução p.23-39, Capítulo I p.41-55, Capítulo IV p.89-106, Capítulo V p.107-132.

A verificação, portanto, de possíveis redes de sociabilidade formadas no interior da Câmara, neste período, nos possibilitou entender o funcionamento de uma política em fase de transição em sua estrutura. Segundo Andréa Slemian⁴⁴, por volta de 1815 os cargos da câmara eram ocupados em sua maioria por negociantes, tal configuração se modifica em 1822, e passam a ser ocupados por familiares.

Uma questão a ser pensada se trata de como se deu a ocupação dos cargos na Câmara? Está associada a formação de redes familiares formadas fora da Câmara? Ou há uma ligação entre as pessoas por terem idéias políticas semelhantes?

No entanto, afirmar que todas essas relações pessoais encontradas durante a pesquisa definiriam redes clientelares seria reducionismo, por isso a necessidade de uma análise pormenorizada de cada “aliança” constatada,

O compadrio entre as elites são joanenses foi confirmado no caso específico de Caetano José Almeida, bem como casamentos entre elites foram confirmados através da montagem de sua árvore genealógica.

A respeito de Jerônimo José Rodrigues ainda não se pode concluir a existência de redes de clientela, pois ainda estamos num processo de recolhimento de dados, para futuras análises.

Com a pesquisa também pudemos observar as formas pelas quais se interpenetram as esferas econômicas, políticas e sociais na configuração das alianças no interior dessas elites, que alguns autores vêem como esferas separadas estruturalmente. Portanto, todos os aspectos estudados são importantes para o entendimento da formação das redes de sociabilidade.

Bibliografia

Fontes manuscritas

1. Arquivo do IPHAN, escritório técnico 2, São João del Rei. 13ª SR

⁴⁴ SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Adevaldo & Rothschild, 2006. p.15-50

- Inventário Antônia Maria Custódia Dias: caixa 301
- Inventário Manoel Costa Villas Boas: caixa 612
- Inventário Manoel Gomes Villas Boas: caixa 513
- Inventário Inácia Quitéria de Almeida: caixa 417
- Inventário Antônia Maria Assunção: caixa 03

2. Fontes

- Registros de batismo e casamentos, Matriz Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei.
- Listas nominativas de São João del Rei.
- Efemérides Luís Alvarenga.
- Atas da Câmara Municipal de São João Del Rei.
- Listagem de composição da Câmara Municipal de São João Del Rei- 1714-1971

Referências bibliográficas

- ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 2001.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: s.n, 1971. 543 p.
- BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal- família e sociedade(São João Del Rei, séculos XVII e XIX)*.UFF, Niterói, 2002 (tese de doutorado).
- CARVALHO, José Murilo. *Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual*. in Dados, Rio de Janeiro, vol. 40, n.2, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem - a elite política imperial. Rio de Janeiro, Campus, 1980*.
- CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del Rei*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1982
- DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e A Organização Nacional*. São Paulo. Cia-Editora Nacional. 1966. Capítulo II. pp.18-35, IV. p.64-89. V. p.90-112
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*.São Paulo., Editora Global(24ª edição), 2003.Capítulo I. p.3-39. II. p.30-58. XI. p.573-625.
- HESPANHA, Antônio Manoel & Xavier, Ângela Barreto. “As redes clientelares”, in MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa. Editora Estampa 1998, p.339-349
- FRAGOSO, João Luiz. *Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica*. Rio de Janeiro. 2002.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 5ª edição. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Livraria, 1956.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil- 1808-1842)*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979. Introdução p.23-39, Capítulo I p.41-55, Capítulo IV p.89-106, Capítulo V p.107-132.

MARTINS, M. F. V. *A velha arte de governar:um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. V. 1.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo. Editora Hucited. 2004. Capítulo II. p.115-142.

Ministério da Educação e Cultura; Ministério da Justiça.*As Câmaras municipais e a Independência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.p.323-367.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense/Publifolha, 2000. Capítulo: Sentido da colonização. P.19-32. Raças. p.85-115. Organização social. p. 269-297. Vida social e política. p.341-377.

SILVA, Claudia Resende. *Senado da Câmara da Vila de São João del Rei: da administração colonial à pesquisa histórica*. Tese de Mestrado. Belo Horizonte, 2000

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário juridico*. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise:Rio de Janeiro(1808-1824)*. São Paulo: Adevaldo & Rothschild, 2006.p.15-50

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: historia: organização: psicologia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. Introdução. Pp. 889-914. Capítulo VII. p. 1015-1049. Capítulo IX. p. 1050-1059.

VELLASCO, Ivan de Andrade. “*Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil Oitocentista: a trajetória sinuosa de um debate*”. Seminário Internacional do CEO/Pronex Nação e Cidadania no Oitocentos. 2007.